

villas-boas
acp

CORRETORES ASSOCIADOS
DE SEGUROS LDA
EST.1944

Handwritten signature in blue ink.

VILLAS-BOAS – ACP
Corretores Associados de Seguros, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

31 de dezembro de 2022

V

Conteúdo

A. Demonstrações Financeiras Individuais	5
1. BALANÇO	6
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	7
3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	8
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
1. Anexo às Demonstrações Financeiras.....	10
1. NOTA INTRODUTÓRIA	11
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
2.1. Base de Preparação	11
2.2 Derrogação das disposições do SNC.....	12
2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras	12
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	12
3.1 Bases de apresentação	12
3.2 Pressuposto da continuidade	12
3.3 Regime do acréscimo	13
3.4 Conversão cambial	13
3.5 Ativos Intangíveis (AI).....	13
3.6 Ativos Fixos Tangíveis (AFT).....	14
3.7 Participações Financeiras	14
3.8 Locações	15
3.9 Custos de empréstimos obtidos.....	16
3.10 Imparidade dos ativos	16
3.11 Rédito	17
3.12 Provisões	17

M

3.13	Ativos e passivos contingentes.....	18
3.14	Imposto sobre o rendimento	18
3.15	Instrumentos financeiros	19
3.16	Julgamentos e estimativas	19
3.17	Acontecimentos subsequentes	20
4.	FLUXOS DE CAIXA.....	20
5.	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS....	20
6.	PARTES RELACIONADAS.....	20
6.1	Empresas subsidiárias	21
6.2	Entidades conjuntamente controladas	21
6.3	Transações e saldos com partes relacionadas	21
6.4	Remuneração dos membros dos órgãos sociais	23
7.	ATIVOS INTANGÍVEIS	23
8.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	24
9.	ÍMPARIDADE DE ATIVOS.....	24
10.	INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS.....	24
	Outros Investimentos financeiros	25
11.	RÉDITO.....	25
12.	SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	26
13.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	27
14.	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (“IRC”).....	27
15.	ATIVOS AO JUSTO VALOR.....	29
16.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	29
	Categorias de instrumentos financeiros	29
	Clientes	30
	Fornecedores.....	30
	Outros créditos a receber / Outras dívidas a pagar	30
	Instrumentos de Capital Próprio	31

17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	32
18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	32
19. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES	32
19.1 Estado e Outros Entes Públicos.....	32
19.2 Diferimentos.....	33
19.3 Fornecimentos e Serviços Externos.....	33
19.4 Outros Rendimentos e Gastos.....	34
19.5 Depreciações e Amortizações	34
20. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS	35
20.1 Informação respeitante à atividade de distribuição de seguros ou de resseguros:	35

Demonstrações Financeiras Individuais



1. Balanço Individual

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

		montantes expressos em Euros	
	Notas	31 Dez 2022	31 Dez 2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	776 213,43	112 362,72
Ativos intangíveis	7		
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	10	10 269 427,38	9 563 443,32
Outros investimentos financeiros	10	344 447,88	355 818,82
		<u>11 390 088,69</u>	<u>10 031 624,86</u>
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	14		11 942,20
Outros créditos a receber	16	762 594,75	1 857 548,47
Diferimentos	19.2	87 456,41	61 213,57
Outros ativos financeiros	15/16	422 086,81	526 283,80
Caixa e depósitos bancários	4	6 382 179,58	3 754 616,12
		<u>7 654 317,55</u>	<u>6 211 604,16</u>
Total do ativo		<u>19 044 406,24</u>	<u>16 243 229,02</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	300 000,00	300 000,00
Reservas legais	16	60 000,00	60 000,00
Outras reservas	16	537 497,36	537 497,36
Resultados transitados	16	16 839,93	(88 423,62)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	10	7 720 523,63	7 085 619,33
Resultado líquido do período	16	1 692 661,54	1 723 352,00
Total do capital próprio		<u>10 327 522,46</u>	<u>9 618 045,07</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10		
Outras dívidas a pagar	16	1 250 000,00	500 000,00
		<u>1 250 000,00</u>	<u>500 000,00</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	16	388 963,58	402 330,24
Estado e outros entes públicos	19.1	63 118,21	37 217,00
Outras dívidas a pagar	16	7 014 801,99	5 685 636,71
		<u>7 466 883,78</u>	<u>6 125 183,95</u>
Total do passivo		<u>8 716 883,78</u>	<u>6 625 183,95</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>19 044 406,24</u>	<u>16 243 229,02</u>

O Contabilista Certificado

Francisco Nogueira

A Administração

Yves do Couto
António
A. F. F. F.

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

2. Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	montantes expressos em Euros	
		31 Dez 2022	31 Dez 2021
Vendas e serviços prestados	11	9 975 596,96	9 500 375,83
Subsídios à exploração	12	168,00	16 474,48
Ganhos / perdas imputados de subsid., associadas e empreend.conjuntos	10	709 734,57	638 654,81
Fornecimentos e serviços externos	19.3	(7 217 451,67)	(6 761 944,92)
Gastos com o pessoal	17	(1 375 352,11)	(1 342 929,01)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9		
Aumentos / reduções de justo valor	15	(3 052,15)	4 039,32
Outros rendimentos	19.4	109 603,62	83 752,55
Outros gastos	19.4	(220 941,95)	(213 365,25)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 978 305,27	1 925 057,81
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19.5	(33 599,29)	(46 025,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 944 705,98	1 879 032,76
Resultado antes de impostos		1 944 705,98	1 879 032,76
Imposto sobre o rendimento do período	14	(252 044,44)	(155 680,76)
Resultado líquido do período		1 692 661,54	1 723 352,00

O Contabilista Certificado

Francisco Noqueira

A Administração

Guadalupe Fern
António
A. F. F. F.

3. Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE				DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE		Total	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2021	1	300 000,00	60 000,00	543 617,16	-56 468,02	6 268 954,91	1 656 514,51	8 772 618,56	8 772 618,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	-6 119,80	-31 955,60	1 566 664,42	-1 656 514,51	-127 925,49	-127 925,49
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						1 723 352,00	1 723 352,00	1 723 352,00
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						66 837,49	1 595 426,51	1 595 426,51
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Subscrições de capital								0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão								0,00	0,00
Distribuições						-750 000,00		-750 000,00	-750 000,00
Entradas para cobertura de perdas								0,00	0,00
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DE 2021	6=1+2+3+5	300 000,00	60 000,00	537 497,36	-88 423,62	7 085 619,33	1 723 352,00	9 618 045,07	9 618 045,07

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE				DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE		Total	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2022	1	300 000,00	60 000,00	537 497,36	-88 423,62	7 085 619,33	1 723 352,00	9 618 045,07	9 618 045,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	0,00	105 263,55	1 414 904,30	-1 723 352,00	-203 184,15	-203 184,15
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						1 692 661,54	1 692 661,54	1 692 661,54
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						-30 690,46	1 489 477,39	1 489 477,39
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Subscrições de capital								0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão								0,00	0,00
Distribuições						-780 000,00		-780 000,00	-780 000,00
Entradas para cobertura de perdas								0,00	0,00
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DE 2022	6=1+2+3+5	300 000,00	60 000,00	537 497,36	16 839,93	7 720 523,63	1 692 661,54	10 327 522,46	10 327 522,46

O Contabilista Certificado

Francisco Maguier

A Administração

António Almeida
António Almeida
A. Almeida

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

4. Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

montantes expressos em Euros

	Período		
	Notas	31 Dez 2022	31 Dez 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		10 287 386,83	9 383 888,46
Pagamentos a Fornecedores		(6 769 687,36)	(6 349 319,04)
Pagamentos ao Pessoal		(1 581 393,68)	(1 498 885,60)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>1 936 305,79</u>	<u>1 535 683,82</u>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(238 713,24)	(139 808,71)
Outros recebimentos/pagamentos		2 396 967,37	(228 563,37)
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>		<u>4 094 559,92</u>	<u>1 167 311,74</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(697 450,00)	(54 515,58)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	(250 000,00)
Outros ativos		(411 761,80)	(127 249,39)
		<u>(1 109 211,80)</u>	<u>(431 764,97)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		289 968,79	132 249,34
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		28 049,56	1 828,96
Dividendos		-	-
		<u>318 018,35</u>	<u>134 078,30</u>
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</i>		<u>(791 193,45)</u>	<u>(297 686,67)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		(780 000,00)	(750 000,00)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>(780 000,00)</u>	<u>(750 000,00)</u>
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</i>		<u>(780 000,00)</u>	<u>(750 000,00)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>2 523 366,47</u>	<u>119 625,07</u>
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 280 899,92	4 161 274,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<u>6 804 266,39</u>	<u>4 280 899,92</u>

O Contabilista Certificado

Francisco Regueira

A Administração

Francisco Regueira
António...

As notas das páginas 10 a 39 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

António...

Anexo às Demonstrações Financeiras



1. Nota Introdutória

A Villas-Boas – ACP, Corretores Associados de Seguros, S.A. (também referida neste documento como VB - ACP, Empresa ou Sociedade) foi constituída no dia 07 de maio de 1946 e transformada em sociedade anónima em 19 de julho de 2013, registada com o número único de matriculada e pessoa coletiva 500 477 540.

Tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, nº 90, 1269-026 Lisboa.

A VB - ACP tem como atividade principal a Mediação de Seguros.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais anexas, foram preparadas nos termos do Sistema de Normalização Contabilística - SNC, nomeadamente, conforme o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual e de relato financeiro e normas interpretativas, consignadas nos Aviso n.º 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações específicas, serão aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Assim, as demonstrações financeiras são apresentadas em euros, por esta ser a moeda principal das operações da entidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela VB - ACP, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 5.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os apresentados no exercício anterior, com exceção do referido no Ponto 5.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.3 Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos contabilisticamente em função de período em que ocorrem as transações que lhe estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

3.4 Conversão cambial

As demonstrações financeiras da VB - ACP e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

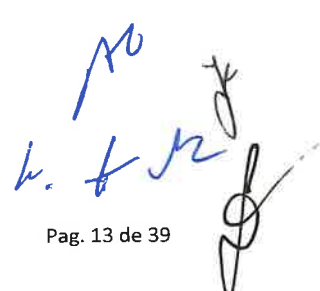
As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.5 Ativos Intangíveis (AI)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado de três anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.



3.6 Ativos Fixos Tangíveis (AFT)

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Ativos fixos tangíveis	Nº de anos
Equipamentos Básico	8 a 15
Equipamentos de Transporte	4 a 8
Equipamentos Administrativo	3 a 10
Outros AFT	Em função da vida util estimada

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.7 Participações Financeiras

As participações financeiras em empresas associadas, nas quais a empresa tenha influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais, geralmente investimentos representando 20% ou mais do capital de uma empresa, encontram-se relevadas pelo MEP (Método de Equivalência patrimonial).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado “Goodwill”, sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa (“Badwill”), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo ‘Provisões’ para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

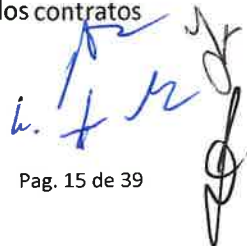
A rubrica “participações financeiras – outros métodos” inclui os investimentos em empresas nas quais a empresa, não exerce controlo (o que ocorreria se a empresa controlasse direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detivesse o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) nem influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da empresa o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As “participações financeiras – outros métodos”, são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada, excetuando aquelas que se encontram cotadas em mercado regulamentado, as quais se encontram registadas ao justo valor.

Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respectivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em “Juros dividendos e outros rendimentos similares”.

3.8 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.



Pag. 15 de 39

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.9 Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo, regra geral.

No que toca aos encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis, que demorem mais que um período contabilístico a ficarem concluídos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

3.10 Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade em investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade em dívidas a receber (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades

independentes e concededoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.11 Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza do serviço e a especificidade de cada acordo.

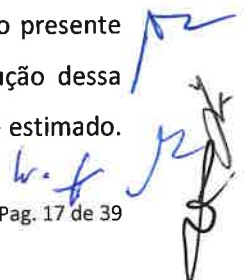
Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Na atividade de mediação de seguros, os rendimentos baseiam-se em comissões sobre prémios de seguro, deduzidos de eventuais estornos.

Os réditos obtidos com as comissões são registados aquando da prestação de contas às Companhias de Seguros.

3.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.



As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.13 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

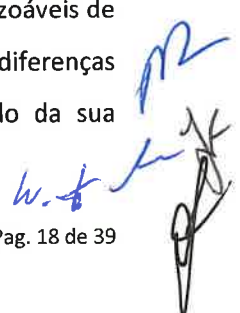
3.14 Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.



No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

A Empresa não tem atualmente impostos a diferir.

3.15 Instrumentos financeiros

Clientes

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

Empréstimos e contas a pagar não correntes

As entidades podem utilizar dois métodos para mensurar os empréstimos e as contas a pagar. Por um lado, o método do custo, por outro, o método do custo amortizado. A Empresa utiliza o método do custo (os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal).

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial (método do custo).

3.16 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis



As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.17 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

	<u>2021</u>	<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>	<u>2022</u>
Numerário	3 143,91	0,03	1 520,03	1 623,91
Depositos à Ordem	3 506 088,74	144 395 574,79	141 890 177,59	6 011 485,94
Depositos a Prazo	245 383,47	2 028 271,03	1 904 584,77	369 069,73
Outros instrumentos financeiros	526 283,80	137,01	104 334,00	422 086,81
	<u>4 280 899,92</u>	<u>146 423 982,86</u>	<u>143 900 616,39</u>	<u>6 804 266,39</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2021.

6. Partes relacionadas

A VB - ACP é detida em 67% pela Moragri, SGPS, S.A. e em 33% pelo ACP – Automóvel Club de Portugal, conforme quadro seguinte:

Detentores do Capital	Sede	Percentagem de participação		Nº de ações detidas	
		2022	2021	2022	2021
Moragri, SGPS, S.A.	Lisboa	67,00%	67,00%	201 000,00	201 000,00
ACP - Automovel Club Portugal	Lisboa	33,00%	33,00%	99 000,00	99 000,00

6.1 Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a empresa detinha participações nas seguintes subsidiárias:

Empresa Subsidiárias	Sede	Percentagem de participação	
		2022	2021
VB, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Archer & CIA, Lda.	Lisboa	26,00%	26,00%

Indiretamente a VB – ACP, SA detém 90% do capital da empresa Archer e Cia, Lda., através da empresa VB SGPS, S.A.

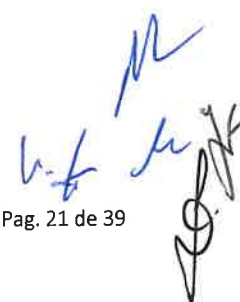
6.2 Entidades conjuntamente controladas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a empresa detinha os seguintes interesses em entidades conjuntamente controladas:

Entidades Conjuntamente Controladas	Sede	Percentagem de participação	
		2022	2021
Grupo Villas-Boas, ACE.	Lisboa	67,5%	67,5%

6.3 Transações e saldos com partes relacionadas

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as transações efetuadas com partes relacionadas, são as seguintes:



Transações entre partes relacionadas	Rendimentos com comissões obtidas	Gastos com comissões obtidas	Gastos com comissões cedidas	Forn Serviços Externos
ACP - Mediação de Seguros, S.A	-	-	5 246,35	
ACP - Automovel Clube Portugal	-	-		
Archer & Cia, Lda	-	-		
Cegrel, SA	10 200,00	-		
CSB - Mediação de Seguros, SA	6 000,00	-	130 788,45	
Firstagille -Mediação Seguros, Lda	81 000,00	-	260 570,72	
Inxure,Lda	-	-		112 118,59
Iperseg, Lda.	6 000,00	-	42,82	
JRC, Lda.	-	-	115 992,70	
Sporting, Lda.	-	-		
Taginsurance, Lda	-	-	112 334,11	
TH Broker, Lda	-	-		
VB ACP Archer e Camacho, Lda	1 250,36	-	200 000,00	
VB SGPS, SA.				
Totais	104 450,36	0,00	824 975,15	112 118,59

Os saldos com as entidades relacionadas à data de 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

Saldos com Entidades Relacionadas	Outros Devedores e Credores	Fornecedores conta/corrente
Contas a Receber		
Archer & Cia, Lda	1 682,90	
JRC, Lda.	118 285,98	
Taginsurance, Lda	25,00	
VB SGPS, SA.	243 258,26	
Total -	363 252,14	0,00
Contas a Pagar		
Grupo Villas Boas ACE	7 761,71	14 066,73
JRC, Lda.		179 007,37
Mais Valia, Lda	2 781,03	
Metage, Lda.		
Moragri SGPS, SA	3 768,03	
VB ACP Archer e Camacho, SA		27 941,18
CSB - Mediação de Seguros, S.A.	1 500,00	
Total	15 810,77	221 015,28

6.4 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

A Administração executiva de Villas-Boas ACP não auferem remuneração enquanto Membros dos Órgãos Estatutários – MOEs, no entanto mantêm a sua remuneração como Diretores. Quanto aos Administradores não executivos, não auferem qualquer remuneração.

O Fiscal Único tem a sua remuneração enquanto entidade independente através de débito de honorários anual.

7. Ativos intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2022	
	Programas Computador	Total
Ativo Bruto	-	-
Saldo inicial	6 339,64	6 339,64
Saldo Final	6 339,64	6 339,64
Amort acumuladas e perdas por imparidade	-	-
Saldo inicial	6 339,64	6 339,64
Saldo final	6 339,64	6 339,64
Ativos líquidos	-	-
	2021	
	Programas Computador	Total
Ativo Bruto		
Saldo inicial	6 339,64	6 339,64
Saldo Final	6 339,64	6 339,64
Amort acumuladas e perdas por imparidade	-	-
Saldo inicial	5 755,10	5 755,10
Amortizações do exercício	584,54	584,54
Saldo final	6 339,64	6 339,64
Ativos líquidos	-	-

8. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2022				Total
	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos de Transporte	Equipamentos Administrativo	
Ativos					
Saldo inicial	11 796,85	34 510,90	176 896,58	281 641,59	504 845,92
Aquisições	697 450,00				697 450,00
Saldo Final	709 246,85	34 510,90	176 896,58	281 641,59	1 202 295,92
Amort acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	11 796,85	34 510,90	108 709,15	237 466,30	392 483,20
Depreciações do exercício	3 487,25	-	27 304,15	2 807,89	33 599,29
Saldo Final	15 284,10	34 510,90	136 013,30	240 274,19	426 082,49
Ativos Líquidos	693 962,75	-	40 883,28	41 367,40	776 213,43
	2021				Total
	Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamentos de Transporte	Equipamentos Administrativo	
Ativos					
Saldo inicial	11 796,85	34 510,90	122 580,00	278 918,64	447 806,39
Aquisições			54 316,58	2 722,95	57 039,53
Saldo Final	11 796,85	34 510,90	176 896,58	281 641,59	504 845,92
Amort acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	11 796,85	34 510,90	65 810,00	234 340,40	346 458,15
Depreciações do exercício	-	-	42 899,15	3 125,90	46 025,05
Saldo Final	11 796,85	34 510,90	108 709,15	237 466,30	392 483,20
Ativos Líquidos	-	-	68 187,43	44 175,29	112 362,72

No decorrer do exercício de 2022, a VB ACP adquiriu o 6º andar direito na Avenida Casal Ribeiro n.º 18.

9. Imparidade de ativos

Não existiram perdas/reversões de imparidade registradas no período findo em 31 de dezembro de 2022.

10. Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o montante incluído na rubrica de participações financeiras ajustadas através do método de equivalência patrimonial são os seguintes:

iv. + m. x



31/12/2022

	Sede	% detida	Capital próprio	Resultado Líquido	Quantia escriturada	Proporção no resultado	Valor de Aquisição	Ajustamentos (MEP)
Subsidiárias:								
VB SGPS, SA	Lisboa	100,00%	9 425 064,78	709 386,33	10 134 451,11	709 386,33	2 500 000,00	709 386,33
Archer & Cia, Lda	Lisboa	26,00%	517 800,07	1 339,37	134 976,27	348,24	13 000,00	348,24
			9 942 864,85	710 725,70	10 269 427,38	709 734,57	2 513 000,00	709 734,57

31/12/2021

	Sede	% detida	Capital próprio	Resultado Líquido	Quantia escriturada	Proporção no resultado	Valor de Aquisição	Ajustamentos (MEP)
Subsidiárias:								
VB SGPS, SA	Lisboa	100,0%	9 428 815,29	608 321,87	8 859 875,97	608 321,87	2 500 000,00	608 321,87
Archer Cª, Lda	Lisboa	26,0%	517 800,07	116 665,16	104 295,09	30 332,94	13 000,00	30 332,94
			9 946 615,36	724 987,03	8 964 171,06	638 654,81	2 513 000,00	638 654,81

Outros Investimentos financeiros

A rubrica de Outros investimentos financeiros apresenta em 31 de dezembro 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Outros Investimentos Financeiros	2022	2021
Fundos de Compensação do Trabalho	7 597,64	5 914,95
Iberis Bluetech Fund, FCR, EuVeca	91 052,28	99 903,87
Fundo Juno, FCR	245 797,96	250 000,00
	344 447,88	355 818,82

A empresa subscreveu no ano de 2018 o fundo de capital de risco denominado Iberis Bluetech Fund, FCR, EuVeca subscrito em 99 unidades de participação pelo montante de 100.485,00€.

No ano de 2021 subscreveu o fundo de capital de risco denominado Juno, FCR subscrito em 250 unidades de participação pelo montante de 250.000,00€.

11. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se

encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas.

A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Assim, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são reconhecidos os valores, a título de prestações de serviços, conforme quadro seguinte:

<u>Rédito reconhecido no período findo em</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prestações de Serviços	9 975 596,96	9 500 375,83
	<u>9 975 596,96</u>	<u>9 500 375,83</u>

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a sociedade por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

Assim, a rubrica de Subsídios à exploração apresenta em 31 de dezembro 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

2022			
Subsídios à Exploração	Montante total atribuído	Montante recebido	Total
Atribuídos pelo IAPMEI, IP	168,00	168,00	168,00
Total	<u>168,00</u>	<u>168,00</u>	<u>168,00</u>

2021			
Subsídios à Exploração	Montante total atribuído	Montante recebido	Total
Atribuídos pelo Estado - Segurança Social	1 219,90	1 219,90	1 219,90
Atribuídos pelo Estado - IEFP	15 254,48	15 254,58	15 254,58
Total	<u>16 474,38</u>	<u>16 474,48</u>	<u>16 474,48</u>

13. Acontecimentos após a data do balanço

À data da conclusão deste relatório existem fatos significativos merecedores de destaque, que não distorcendo as demonstrações financeiras apresentadas, merecem ser evidenciados.

Covid-19

Entendemos ser importante manter a referência às consequências futuras provocadas pelo “Coronavírus – Covid19”.

A pandemia mundial provocada pelo “Coronavírus”, que teve o seu início no final do ano de 2019, na China e que se propagou nos primeiros meses de 2020, de uma forma geral ao mundo inteiro, além dos danos irreparáveis em vidas humanas, trouxe consequências inestimáveis à economia mundial que recupera lentamente.

Conflito armado na Ucrânia

A esta data, o impacto efetivo do conflito armado que se iniciou em território ucraniano a 24 de fevereiro de 2022, entre a Rússia e a Ucrânia, está a ter repercussões sobre a atividade da Sociedade, designadamente face ao agravar do contexto macroeconómico que esta situação tem vindo a provocar, através de um forte aumento do preço de um conjunto de matérias-primas a nível global e dos eventuais impactos no crescimento económico mundial e, em particular, na Europa.

O ano de 2023 poderá ficar marcado por um decréscimo nos rendimentos e nos resultados da empresa, em consequência do abrandamento de toda a economia.

14. Impostos sobre o rendimento (“IRC”)

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre lucros em sede de *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC* à taxa normal de 21%, sendo a derrama fixada à taxa de 1,5% do lucro tributável.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
Resultado antes de impostos	1 944 705,98	1 879 032,76
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	408 388,26	394 596,88
Diferenças permanentes		
Variações patrimoniais	-247 633,64	259 657,06
Benefícios fiscais	-5 031,13	-13 662,15
Outros não aceites	7 738,48	5 507,37
Multas, coimas e juros fiscais	3 854,22	4 700,81
Equivalência patrimonial	-709 734,57	-638 654,81
Excesso estimativa para imposto		-26 606,52
Créditos incobráveis não aceites como gasto	6 390,69	-
Depreciações não aceites como gasto fiscal	8 554,15	22 901,65
Outras situações	2 130,88	-
Ajustamentos à coleta - Tributação autónoma	24 575,05	26 033,62
Ajustamentos à coleta - derrama estadual	15 164,63	22 393,14
Imposto Corrente	252 044,44	361 930,76
Taxa efectiva de imposto	13,0%	19,3%
Imposto Corrente	252 044,44	361 930,76
Benefícios Fiscais - Crédito Fiscal ao Investimento		-206 250,00
Imposto sobre o rendimento do período	252 044,44	155 680,76

No exercício de 2021 a empresa beneficiou de um incentivo fiscal à I&D empresarial, consagrado no Código Fiscal ao Investimento, designadamente no SIFIDE II através da contribuição para um fundo de investimento Juno, FCR, conforme descrito na nota 10.

O valor do benefício fiscal foi de 206.250,00 que se traduziu numa dedução à coleta do IRC conforme previsto no artigo 38º do CFI.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2018 a 2022 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

15. Ativos ao Justo Valor

Na rubrica de “Outros ativos e passivos financeiros”, os ativos estão valorizados ao Justo Valor, tendo sido efetuados os respetivos ajustamentos conforme quadro abaixo:

Ganhos por aumentos de justo valor	2022	2021
Banco Carregosa - Iberis Bluetech Fund, FCR	5 346,13	4 039,32
Banco Invest - Pictet TR Atlas P	137,01	-
	<u>5 483,14</u>	<u>4 039,32</u>
Perdas por redução de justo valor	2022	2021
Instrumentos financeiros		-
Allianz Dynamic MultiAssetStrategy SRI50	526,15	
Allianz Dynamic Fundo Multi SRT 15CT2	1 188,87	
Banco Invest - USB Strategy Fund Balanced	2 618,23	-
Investimentos financeiros		
Fundo Juno, FCR	4 202,04	-
	<u>8 535,29</u>	<u>-</u>

16. Instrumentos financeiros

Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhadas conforme se segue:

Ativos Financeiros	2022	2021
Estado e outros entes públicos	-	11 942,20
Outros créditos a receber	762 594,75	1 857 548,47
Diferimentos	87 456,41	61 213,57
Outros ativos financeiros	422 086,81	526 283,80
Caixa e depósitos bancários	<u>6 382 179,58</u>	<u>3 754 616,12</u>
	<u>7 654 317,55</u>	<u>6 211 604,16</u>

Passivos Financeiros	2022	2021
Fornecedores	388 963,58	402 330,24
Estado e Outros Entes públicos	63 118,21	37 217,00
Outras dividas a pagar	8 264 801,99	6 185 636,71
	8 716 883,78	6 625 183,95

Clientes

Na rubrica de "Clientes" são registadas, por regra, as comissões das companhias de seguros no momento da efetivação da prestação de contas.

A relação com clientes não apresenta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 qualquer decomposição.

Fornecedores

A Empresa não considera atualmente nesta rubrica os movimentos com as empresas de seguros.

Assim, a relação com fornecedores apresenta em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Fornecedores	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fornecedores Gerais		388 963,58		402 330,24
	-	388 963,58	-	402 330,24

Outros créditos a receber / Outras dívidas a pagar

A rubrica de outros créditos a receber e outras dividas a pagar apresenta em 31 de dezembro 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Outros creditos a receber/dividas a pagar	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Devedores por acréscimo de rendimento	1 055,62		440,72	
Credores por acréscimo de gastos		4 377 762,37		3 511 668,40
Outros devedores				
- Seguradoras	99 753,45		1 366 299,19	
- Outros	640 815,56		470 230,75	
Outros credores				
- Seguradoras		3 317 836,88		2 130 089,38
- Outros		569 202,74		543 878,93
Fornecedores (saldos devedores)	20 970,12		20 577,81	
	762 594,75	8 264 801,99	1 857 548,47	6 185 636,71

Instrumentos de Capital Próprio

O Capital Social à data de Balanço é decomposto da seguinte forma:

Acionista	Número de Ações	Valor Nominal	Capital Social	Percentagem Capital Detido	Capital Realizado
Moragri, SGPS, SA.	201 000	1,00 €	201 000,00 €	67,00%	201 000,00 €
ACP Automovel Club Portugal	99 000	1,00 €	99 000,00 €	33,00%	99 000,00 €
TOTAL	300 000		300 000,00 €	100,00%	300 000,00 €

Cada ação tem o valor nominal de € 1,00.

Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral, sendo que a cada ação detida corresponde um voto.

De referir ainda a empresa tem constituída reservas legais no valor de 60.000,00 euros de acordo com a legislação aplicável.

O resultado por ação do ano de 2022 é de 5,64 euros e corresponde ao quociente entre o resultado líquido do período e o número de ações emitidas.

Resultado por Ação	2022	2021
Resultado Líquido Exercício	1 692 661,54	1 723 352,00
Número de ações	300 000,00	300 000,00
Resultado por ação básico	5,64	5,74

No que diz respeito ao resultado do exercício de 2021 no montante 1.723.352 euros, e em conformidade com ata de assembleia geral de 23 de junho de 2022 foi efetuada a respetiva aplicação da seguinte forma:

Aplicação do resultado do exercício	2021
Resultado Líquido Exercício	1 723 352,00
Ajustamento em ativos financeiros	37,1% 638 654,81
Distribuição de dividendos	45,3% 780 000,00
Resultados transitados	17,7% 304 697,19

17. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal, reconhecidos nas demonstrações financeiras, em 2022 e 2021, são decompostos da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	2022	2021
Remunerações do pessoal	990 757,55	964 088,83
Indemnizações	14 644,44	1 470,14
Encargos sobre remunerações	227 099,89	225 656,64
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	114 700,29	109 595,40
Gastos de acção social	12 964,18	11 418,40
Gastos com formações profissionais	859,77	1 991,40
Outros	14 325,99	28 708,20
	1 375 352,11	1 342 929,01

O número médio de empregados durante o ano de 2022 foi de 45 colaboradores.

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

19. Outras Informações consideradas relevantes

19.1 Estado e Outros Entes Públicos

No final do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos, apresentavam a seguinte composição:

Estado e Outros Entes Públicos	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
IRC a Pagar		3 104,25		
IRC a Receber			9 442,20	
Retenções Imposto sobre o rendimento		35 476,55	2 500,00	10 740,88
Contribuições para a Segurança Social		24 537,41		23 976,12
		<u>63 118,21</u>	<u>11 942,20</u>	<u>34 717,00</u>

19.2 Diferimentos

A rubrica de diferimentos inclui o montante de 86.987,60 euros relativo a seguros próprios cujo pagamento ocorreu em 2022, mas o gasto correspondente refere-se a 2023.

Diferimentos	2022	2021
Ativos:		
Gastos a reconhecer		
Seguros	86 987,60	60 744,76
Outros gastos diferidos	468,81	468,81
	<u>87 456,41</u>	<u>61 213,57</u>

19.3 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos relativamente ao ano de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e Serviços Externos	2022	2021
Serviços especializados	6 695 170,44	6 249 020,53
Materiais	4 177,04	5 587,35
Energia e fluídos	26 248,83	22 105,12
Deslocações, estadas e transportes	15 515,67	9 164,59
Serviços diversos	476 339,69	476 067,33
	<u>7 217 451,67</u>	<u>6 761 944,92</u>

A empresa suportou no ano de 2022 o valor de 13.302,45 €, relacionados com Auditoria/ROC – Revisor Oficial de Contas.

19.4 Outros Rendimentos e Gastos

A decomposição das rubricas de Outros gastos e de Outros rendimentos no final do ano de 2022 e 2021 é descrita conforme se segue:

Outros rendimentos	2022	2021
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	66,60	6 435,91
Rendimentos em investimentos não financeiros	-	2 523,95
Juros obtidos	29 088,98	1 735,76
Outros	80 448,04	73 056,93
	<u>109 603,62</u>	<u>83 752,55</u>
Outros gastos	2022	2021
Impostos	-	-
Imposto de Selo	184 427,48	172 859,91
Imposto s/ veiculos	764,38	1 003,41
Taxas	3 500,00	3 500,00
Dívidas incobráveis	6 390,69	-
Juros Suportados	-	126,92
Outros	25 859,40	35 875,01
	<u>220 941,95</u>	<u>213 365,25</u>

19.5 Depreciações e Amortizações

O detalhe da rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme se segue:

Depreciações e amortizações	2022	2021
Ativos fixos tangíveis	33 599,29	46 025,05
Ativos intangíveis	-	-
	<u>33 599,29</u>	<u>46 025,05</u>

20. Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros

De acordo com a Norma Regulamentar nº 13/2020-R de 30 de dezembro da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, os corretores de seguros, os mediadores de resseguros e os agentes de seguros e mediadores de seguros a título acessório que auferirem remunerações anuais de montante igual ou superior a um milhão de euros, terão de cumprir as obrigações que dela constam, nomeadamente o artigo 51º:

20.1 Informação respeitante à atividade de distribuição de seguros ou de resseguros:

- a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

A Empresa reconhece o rédito de acordo com as normas em vigor, por regra, aquando da efetivação da prestação de contas às empresas de seguros.

- b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

Por natureza	Remunerações	
	2022	2021
Numerário	9 975 596,96	9 500 375,83
Espécie		
Total	9 975 596,96	9 500 375,83

Por tipo	Remunerações	
	2022	2021
Comissões	9 975 596,96	9 500 375,83
Honorários		
Outras remunerações		
Total	9 975 596,96	9 500 375,83

c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguros desagregados por Ramo "Vida", "Não Vida" e "Fundos de Pensões" e por origem.

Por Entidade (origem)	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramo Não Vida		Fundos de Pensões	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Empresas de Seguros	193 962,91	171 827,29	9 457 329,52	8 768 313,21		
Outros mediadores		1 273,92	324 304,53	540 961,41		
Outros Entidades				18 000,00		
Total	193 962,91	173 101,21	9 781 634,05	9 327 274,62		

d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade (origem)	2022	2021
Empresas de seguros		
Fidelidade Mundial, S.A.	38,21%	40,95%
Outros Mediadores		
Clientes (Outros)		
Total	38,21%	40,95%

e) Valores das contas "clientes" no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros.

Contas "Clientes"	Valores das contas "Clientes"	
	2022	2021
Início do exercício	1 456 010,88	1 634 934,67
Final do exercício	3 130 685,40	1 456 010,88
Volume movimentado no exercício		
A Débito	79 732 886,12	63 181 437,37
A Crédito	78 058 211,60	63 360 361,16
	3 130 685,40	1 456 010,88

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem (tomadores de seguros, empresas de seguros, outros mediadores e clientes)

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2022	2021	2022	2021
Tomadores de Seguro, segurados ou beneficiários	86 210,30	33 683,13	482 587,42	325 561,30
Empresas de seguros	14 377,24	1 366 299,19	3 219 101,76	2 130 089,38
Empresas de resseguros				
Outros mediadores	458 227,14	171 716,86	201 838,82	204 912,16
Clientes (outros)				
	558 814,68	1 571 699,18	3 903 528,00	2 660 562,84

g) Indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar segregados por natureza:

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2022	2021	2022	2021
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	54 040,50	15 588,11	210 785,05	2 227 495,40
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro				
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiário				
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar				
Outras quantias	504 774,18	1 556 111,07	3 692 742,95	433 067,44
Total	558 814,68	1 571 699,18	3 903 528,00	2 660 562,84

h) Idade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2022:

Contas a Receber	Até 30 dias	De 30 a 60 dias	Mais de 60 dias	Total
Sem Imparidade	196 436,35	834,09	361 544,24	558 814,68
Com Imparidade				
Total	196 436,35	834,09	361 544,24	558 814,68

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável

j) Transmissão de carteiras de seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não adquiriu qualquer carteira de seguros

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não cessou quaisquer contratos com empresas de seguros

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável

m) Indicação das quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas ao corretor de seguros em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira, seja mais elevada:

Empresas de Seguros	Remunerações							
	Ramo Vida	Ramo N/ Vida	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramo N/ Vida	Fundos de Pensões	Percentagem (%)	
	2022			2021			2022	2021
Fidelidade Mundial Seguros, S.A.	14 514,07 €	3 757 080,06 €		19 266,01 €	3 870 858,74 €		38,21%	40,95%
General Seguros	10 135,98 €	2 293 265,44 €		28 017,22 €	2 020 541,25 €		23,33%	21,56%
Allianz Portugal	1 848,72 €	405 031,57 €		1 757,12 €	435 323,60 €		4,12%	4,60%
Zurich Insurance plc	3 474,16 €	362 376,38 €					3,71%	3,86%
Una Seguros	19 742,03 €	701 196,31 €			408 042,88 €		7,30%	4,30%

n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Enquanto corretor de seguros, a Empresa tem poderes de cobrança junto de todas as empresas de seguros

o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

Não aplicável

p) Valor total de fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para empresas de seguros cedentes que hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas

Não aplicável

O Contabilista Certificado

Francisco Noqueira

A Administração

João de Deus
António
A. P.